

# O PORTAR-SE GUERREIRO ENTRE TEXTO E CONTEXTO: HOMERO E A IDEOLOGIA ARISTOCRÁTICA\*

Bruna Moraes da Silva\*\*

**Resumo:** *No presente artigo, analisamos os discursos referentes ao portar-se guerreiro presentes nas epopeias de Homero – Iliada e Odisseia –, de modo a evidenciar como a construção do éthos daqueles que iam à guerra estava intimamente conectada ao contexto das obras investigadas, especialmente no que compete às formações ideológicas das quais faziam parte. Defenderemos, igualmente, que apesar de o poeta dar maior destaque às características individuais do guerreiro, ele não deixa de destacar a defesa da coletividade, o que salienta a sua posição em um processo discursivo mais amplo.*

**Palavras-chave:** *discurso; Homero; guerreiro; contexto; ideologia.*

## THE WARRIOR BEHAVIOR BETWEEN TEXT AND CONTEXT: HOMER AND THE ARISTOCRATIC IDEOLOGY

**Abstract:** *In the present article, we analyze the discourses referring to the warriors behavior present in Homer's epics - Iliad and Odyssey - in order to show how the construction of the ethos of those who went to war was closely connected to context of the investigated works, especially in which belongs to the ideological formations of which they were part. We will also argue that although the poet gives greater prominence to the individual characteristics of the warrior, he still emphasizes the defense of the community, which highlights his position in a broader discursive process.*

**Keywords:** *discourse; Homer; warrior; context; ideology.*

---

\* Recebido em: 07/01/2020 e aprovado em 28/02/2020.

\*\* Doutora pelo Programa de Pós-graduação em História Comparada da UFRJ e membro colaboradora do Laboratório de História Antiga da UFRJ. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2947-7526>.

Os discursos concebidos por Homero destacaram-se na Antiguidade por seu papel social, relacionados à formação educativa grega. As diversas representações expostas em suas obras – *Iliada* e *Odisseia* – mantinham conexões, implícitas ou explícitas, com as crenças, costumes, práticas e normas da sociedade do período, demonstrando-nos a capacidade de ratificar, retificar ou alterar ideologias existentes no nível cognitivo. Os valores acerca do portar-se guerreiro não estavam alheios a isso: eles se encontravam intrinsecamente relacionados ao campo político-ideológico existente, no qual Homero se inseria, afirmativa esta que defenderemos ao longo deste artigo.

A partir do conceito de formação discursiva, isto é, daquilo que “numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2012, p. 21 e 43), iremos delinear como a ideologia do contexto determinava o que *podia* e *devia* ser dito. Essas formações discursivas podem ou não fazer parte de um *processo discursivo*, que igualmente se refere às condições de produção e de funcionamento de um discurso (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 405), mas sob um contexto mais amplo, também relacionado a uma certa ideologia.

Em vista disso, sustentamos que Homero estava sujeito às regras políticas estabelecidas pela comunidade em que vivia e as transmitia através de suas obras. Conforme destacado por Balot (2006, p. 7), “toda a literatura política grega é normativa no sentido de que os autores (ou, no caso da poesia grega antiga, poetas e bardos tradicionais) moldaram seu material para fornecer uma análise ética e uma avaliação política”. Ressaltamos, contudo, que a literatura grega não estava “a serviço” de uma “propaganda ideológica”, nem reduzia as questões políticas a uma mera narrativa ficcional. Além de haver a liberdade criativa do autor, ele não deixava de imprimir em suas obras suas próprias visões de mundo, suas concordâncias ou críticas com o sistema político em que vivia.

Portanto, veremos que os ideais políticos aristocráticos do contexto arcaico de Homero estavam muito presentes em seus guerreiros. Isso posto, desenvolvemos uma hipótese central a ser aqui defendida: Homero, ao destacar um *éthos* guerreiro dos *áristoi*, evidenciava um apelo à glória *individual*, dando destaque ao herói, ainda que o coletivo não fosse deixado de lado.

Para realizar tal análise, definimos três subitens para este artigo: o primeiro, destinado a uma sucinta explicação sobre o conceito de política e a

sua relação com a guerra, apresentando como Homero expõe esses tópicos em suas obras; o segundo, voltado especificamente ao contexto de Homero e sua política aristocrática; e o terceiro, dedicado ao debate sobre as definições de individual e coletivo, e como elas se relacionam com o cenário político-guerreiro do período analisado e com a documentação investigada.

## Entre política e guerra

Falar de política, *tà politiká*, na Grécia antiga é nos remetermos a uma prática que já demonstra suas raízes na Antiguidade. Pela sua etimologia, verificamos que o termo faz referência aos “assuntos da *pólis*”, “assuntos públicos”, “administração da *pólis*” (BAILLY, 2000, p. 1587; CHANTRAINE, 1968, p. 926), demonstrando, conforme assertiva de Cartledge (2009, p. 14), que “ideologicamente, miticamente e simbolicamente são os gregos, também, que funcionam como ‘nossos’ ancestrais neste campo”.

Destarte, discorrer sobre essa “arte de governar” é se remeter a instituições conectadas a funções específicas, a um campo de organização social, no qual regras são criadas e implementadas (HAMMER, 2009, p. 32-3), em que a teoria se mistura à prática. Diferentemente da noção mais hermética que temos de política nos dias atuais – pela qual reduzimos o conceito a questões de poder de um determinado Estado –, buscando definições acerca do termo na Antiguidade, podemos verificar que consiste em uma atividade, uma prática de organizar, lidar, comandar e fazer cumprir, mas também a maneira de pensar, falar, arguir e persuadir (SISSA, 2009, p. 101). Isto é, a política ia além do nível institucional, de estruturas estáticas, e se fazia presente nos diversos exercícios do cotidiano grego através de processos sociais.

A política entre os gregos era, assim, também parte de sua cultura, desenvolvida não apenas pelas instituições existentes na sociedade, mas por todos que com ela se encontravam envolvidos, conectando-se estreitamente com suas relações de poder. Ainda que em relação a Homero alguns autores definam suas obras como pré-políticas – justamente pelo fato de o poeta não representar organizações sólidas, abstendo-se de esclarecer noções de cidadania e sistemas de governança –, nelas podemos verificar funções sociais, grupos e sujeitos engajados em tomar decisões, questionar e legitimar cargos de liderança, relações ao nível público, obrigações e responsabilidades dos que faziam parte da comunidade (HAMMER, 1998, p. 3 e 9).

Em meio à prática política grega, a guerra era um dos principais tópicos de debate. Apesar do sentimento de horror em relação a ela, via-se sua necessidade e até mesmo a virtude de praticá-la. De acordo com Balot (2006, p. 4), “as ‘emoções da autoavaliação’, especialmente as de honra e a vergonha, eram uma parte crítica da vida política grega”. Ademais, a autoridade das palavras estava conectada aos guerreiros e seus líderes: a declaração de guerra, os debates sobre tréguas para reaver o corpo dos falecidos, entre outros, eram regras do modo de guerrear que se incluíam na política do mundo grego (SISSA, 2009, p. 107; BALOT, 2009, p. 145). A conduta durante a guerra, tal como seus objetivos e expectativas, estava submetida a específicos sistemas de valores da sociedade.

Assim, além da busca de riquezas como causa fundamental dos conflitos bélicos, estes não deixavam de ter suas motivações políticas e seus antagonismos internos. Igualmente, conforme Jonathan Hall (2007, p. 88) destaca, a guerra pode ser considerada na Antiguidade grega como “a mais extrema e sangrenta” manifestação do espírito agonístico dessa sociedade.

A Guerra de Troia, por exemplo, cenário da *Iliada*, põe em destaque o combate entre aqueus e troianos, unidos aos seus respectivos aliados. A demanda por iniciá-la (o rapto de Helena por Páris), que à primeira vista nos parece fruto de um conflito interno, de uma motivação pessoal, irá movimentar diversos grupos de guerreiros das mais diferentes regiões. O príncipe troiano não apenas fere a honra do rei de Esparta, como rompe com um dos mais importantes códigos de conduta, uma norma destinada ao corpo social que fazia parte dos códigos políticos de todo o Mediterrâneo: a hospitalidade (*xenia*).

Decerto que não podemos afirmar, até os dias atuais, que esse conflito realmente tenha ocorrido tal como narrado por Homero e, ainda mais, por essa motivação. Todavia, o que sabemos é que Troia existiu e que, muito possivelmente, vivenciou diversos conflitos, especialmente por motivos comerciais, como o desejo de pilhagem e a busca de novas rotas comerciais e riquezas, pois a região recebia grande fluxo de bronze. Nas próprias obras homéricas, ainda que vejamos a causa da guerra conectada a uma causa pessoal (o mencionado rapto de Helena), não deixa de ser citada, ao longo dos versos épicos, uma instabilidade política muito grande, especialmente do lado troiano, que vê seu palácio, suas riquezas e seu poder real ameaçados. Desse modo, podemos constatar que a guerra não movimenta apenas guerreiros, mas todo um aparelho burocrático e de liderança por trás deles.

Além disso, apesar de o combate em Troia supostamente ter durado dez anos, a guerra não era vista, seja nas epopeias, seja no cotidiano grego, como algo “normal”, um estado natural dessa sociedade. Entre todos os epítetos aplicados a ela nas obras homéricas, aqueles que se relacionam ao sofrimento se destacam, ainda que haja passagens que relatem sua necessidade e a coragem dos guerreiros ao travá-la, demonstrando que ganhar aquela disputa era importante e como o medo deveria ser sobrepujado. Utilizando-nos das palavras de Redfield (1994, p. xii), a guerra era vista tanto como terrível “quanto necessária para a felicidade”.

Através das descrições da *Iliada* (II, vv. 453-5) sobre a guerra, por exemplo, testemunhamos Athená incitando os aqueus ao combate, visto que estes desejam voltar para os seus lares. Para interromper tal ato, a deusa busca com que a guerra pareça “um amavio mais doce/ do que voltar à pátria em côncavos navios”. Na *Odisseia* (V, vv. 222-225), o conflito contra os troianos também é lembrado com padecer. Odisseu destaca que levava “no ânimo a paciência”, visto tantos reveses que padeceu, “tantas angústias nas ôndulas, na guerra”.

A análise das obras de nosso *corpus* documental evidencia questões para além das representações sociais do portar-se guerreiro. Deixando de *navegar* apenas sob suas superfícies linguísticas, imergindo em suas discursividades político-ideológicas, nos tornamos aptos a ouvir naquilo que o sujeito diz o que ele não diz, mas que está presente nos sentidos de suas palavras (ORLANDI, 2012, p. 59). Assim, não há como se compreender um discurso fora de um contexto. Relacionando-os dialeticamente, somos capazes de atribuir sentidos aos enunciados, como faremos a partir de agora.

## **A política aristocrática em Homero**

A chamada sociedade homérica não pode ser correlacionada a um período específico da Antiguidade grega, possuindo uma coerência interna própria. Ainda que defendamos que a criação dessas obras se deu no século VIII a.C., é inegável que Homero realizou uma compilação de diferentes contextos para construí-las. Por conseguinte, é decerto complexo definir um sistema político específico para suas epopeias, ainda que possamos identificar certos modelos precedentes à era do aedo e também contíguos a esta. Isso posto, defendemos que os épicos homéricos podem ser pensados politicamente em dois níveis que se conectam: 1) no seu contexto imedia-

to, do qual ele canta; 2) no contexto que a ele antecede, que faz parte de seu passado histórico e que é familiar à sua audiência.

Sabemos, através da narrativa da *Iliada*, que o tempo narrado pelo aedo é o da Guerra de Troia, ocorrida no período conhecido como Idade do Bronze, também denominado como estrutura palaciana ou sociedade micênica, em que o palácio representava o poder político, econômico, religioso e militar. Estabelecendo um sistema rigoroso de controle sobre um território extenso (VERNANT, 1992, p. 24), esta organização contava com uma burocracia organizada, marcada pela presença dos escribas e funcionários reais, conteúdo histórico que chegou até nós sobretudo através dos tabletas em Linear B.

Definido como uma *aristokratía* – termo originário da mesma raiz de *areté*, um atributo próprio da nobreza, expressão de força e destreza dos guerreiros –, o sistema político dos palácios demonstrava um governo no qual poucos estão no poder. A aristocracia era fundamentada no consentimento popular, na lei e na hereditariedade. Detinha poder sobre assuntos rurais, urbanos e negócios estrangeiros.

Ser membro desse corpo político, isto é, ser aristocrata, era compartilhar uma cultura e valores sustentados de geração a geração (STARR, 1992, p. 4), sendo a genealogia um dos fatores primordiais. Formando um grupo coeso e privilegiado, ele não foi representado nas obras de Homero sem pretensão. A escolha de personagens que faziam parte dessa elite pode ser interpretada como a ressonância do contexto vivido pelo aedo, visto que a aristocracia estava sendo posta em xeque pelo novo modelo político que iria surgir, e do qual falaremos: a *pólis*. Ainda que os *áristoi* não houvessem perdido totalmente o seu poder, sendo possível verificar como muitas *póleis* foram inicialmente governadas por reis (CARLIER, 2008, p. 60), vemos o início da desestabilização dessa camada social. Isso porque a abolição dos privilégios e distinções começam a ser destacadas como a nova ideologia, demonstrando como os poemas são a expressão particular de um ponto de vista aristocrático que tendia ao colapso, com as mudanças estruturais que caracterizavam o século VIII (MORRIS, 2003, p. 45). Era então necessário destacar a ética guerreira, a fim de legitimar sua posição, assim como elevar seus heróis a uma exaltação aproximada aos cultos existentes em sua época.

Os mais importantes aristocratas desse período micênico ao qual Homero se refere eram os chefes dos palácios, os *ánakes* (MOSSÉ, 1984, p. 25-6), termo conectado à pessoa que cumpria a função de *anásein* (*anásein*

*sein*), ou seja, de governador ou monarca, o senhor, mestre, chefe supremo e soberano (CHANTRAINE, 1968, p. 84; BAILLY, 2000, p. 132). O *ánax*, igualmente, representava o nível mais elevado de uma hierarquia político-administrativa, estando a cargo de diversas funções.

Os povoados (*dêmoi*) eram controlados por hierarquias locais, nas quais o *basileús* exercia o papel de líder, ainda estando sob o controle do *ánax*. Reconhecido como rei ou chefe, soberano que reina sobre um *oikos* em determinada região (MOSSÉ, 1984, p. 29), o *basileús* chegava ao poder através do consenso e da hereditariedade. Assim como o *ánax*, sua etimologia também se conectava ao ato de governar, ainda que fosse um chefe “menos importante” (CHANTRAINE, 1968, p. 166; BAILLY, 2000, p. 351). Grandes detentores de terras, eles demonstravam sua proeza na guerra e eram destacados pela honra pessoal, devendo perpetuar suas virtudes aristocráticas de geração em geração. A realeza igualmente poderia exercer poder de vida e morte em guerra, sendo o *basileús* representado como o grande regulador (HOMERO. *Odisseia* I, v. 391-3).

Na *Iliada*, o líder que mais se destaca é Agamêmnon, que comanda a coalizão de aqueus para o ataque a Troia. Ele é descrito como o “chefe de homens” (*ánax andrôn*) (II, v. 402, V, v. 38, VI, v. 33), “o portador do cetro, /credor da hora maior” (I, vv. 279-280) e “o rei poderoso” (II, vv. 576-7). Todavia, essa liderança é questionada, especialmente por Aquiles, personagem sobre quem a *Iliada* inicia seus versos, por estar em discórdia com o *basileús* de Micenas. O Peleide o chama de “devora-Povo (*demofóbos*)!”, de “rei de nada” (I, v. 231), dizendo que não irá obedecê-lo (I, v. 296), ao passo que o Atreide diz que Aquiles, que rege os mirmidões, “quer estar cima de outros” (I, v. 287), sendo descrito como o rei (*basiléōn*) que ele mais detesta (I, v. 176). O filho de Tétis, ao questionar a autoridade de Agamêmnon, destaca os confrontos entre líderes que começavam a despontar no início do período arcaico.

Não obstante, esses e outros membros que faziam referência à sociedade micênica – não apenas no âmbito econômico, mas também político e cultural – não evidenciaram apenas características dessa época histórica. Como é possível verificar especialmente através das descobertas arqueológicas, o período palaciano evidencia sua fragmentação por volta de 1200 a.C., dando início à era conhecida como destruturação palaciana, na qual os grandes palácios foram substituídos por unidades político-geográficas menores.

O termo e o posto de *ánax* desaparecem, e a política passa a ser marcada pelo poder da aristocracia local, da *basiléia*, formada por uma “categoria social de iguais, capazes e aptos a exercerem o poder político” e localizada no topo da hierarquia social. O *basileús* passa a se basear não em regras formais, mas em seu destaque pessoal, ao se mostrar útil para seus seguidores, buscando, através de habilidades persuasivas, alcançar, junto a esses níveis estreitos, lealdade pessoal (STARR, 1986, p. 18). É devido a esse fato que irá se destacar a citada disputa de poder entre líderes e a crise na soberania palaciana (THEML, 1998, p. 25; MORRIS, 2003, p. 11).

O avanço dessas disputas desenvolve um novo modelo político a partir do século VIII a.C., no qual localizamos Homero, que já estava sendo gestado desde a desestruturação palaciana: o modelo da *pólis*, uma comunidade política que compartilha religião, leis, costumes administrativos e é controlada por um grupo de cidadãos (BALOT, 2006, p. 2).

O centro de poder deixa de se localizar nos palácios, e agora se concentra na *ásty*, o espaço urbano. O aumento populacional e das migrações, o aparecimento do alfabeto e da escrita fonética e a fundação de *apoikíai* no Mediterrâneo e Mar Negro, por exemplo, se destacam na nova sociedade que estava surgindo. Norberto Guarinello (2013, p. 78) reitera, em sua obra *A História Antiga*, que a *pólis* surge num contexto de um mar já conectado, ampliando as conexões e trocas entre regiões, com o conseqüente aumento da riqueza e da produtividade. Dessa maneira, o autor ressalta que “terra, trabalho e comércio foram os fundamentos por trás do surgimento da *pólis*” e que o território foi se fechando à medida que a propriedade comunitária e, posteriormente, as privadas foram surgindo, assim como a defesa das regiões.

Além disso, a atividade política passava a ser centrada nos cidadãos, face a face, discutidas através do *agôn*. Vernant (1992, p. 34), igualmente, ressalta como marca da *pólis* a preeminência da palavra sobre todos os outros meios de poder, sendo o instrumento político por excelência dessa instituição. A publicidade das ações era outra característica marcante da *pólis*. Tudo está sob o olhar de todos. As decisões políticas, religiosas e sociais concentravam-se na *agorá*.

Isso posto, defendemos que essas e outras características da *pólis* podem ser encontradas, ainda que embrionariamente, nas obras homéricas. Mesmo que o termo seja utilizado em suas obras por 250 vezes (LÉVY, 1983, p. 55), ele é muito abrangente, não tendo diretamente uma significa-

ção política. Ainda assim, as instituições políticas que surgem com a *pólis*, como as assembleias, estão presentes nas epopeias. Já no Canto I da *Iliada* (v. 54), por exemplo, vemos Aquiles convidar “o povo à *agorá*”, a fim de debaterem sobre a guerra, o que se repete em diversas passagens da obra, chegando a *agorá* a ser vinculada a um local que dá glória (*kydiáneiran*) (*Iliada* I, v. 490). Heitor, igualmente, convoca “a assembleia (*agorèn*) dos troianos” para ouvir seu discurso (*Iliada* I, vv. 489-492), ao passo que estes mesmos começam a se reunir na *agorá* (*agorèn*) quando descobrem que o Pélide voltara ao combate, a fim de decidirem se retornariam à *pólis* (*pollòn*) (*Iliada* XVIII, vv. 245-253).

Contudo, no mundo político da *Iliada*, ainda estava faltando uma organização claramente ordenada e que as decisões finais fossem tomadas pela totalidade de cidadãos e não pelos líderes que mais se destacavam, como vemos ocorrer (STARR, 1986, p. 20 e 23). No canto II da *Iliada* (v. 96), notabiliza-se que na assembleia se faz o “caos circum-sonante”, sendo necessário pedir que os participantes se calem para dar procedimento ao debate. Ao fim, “a turba toma assento à força/quase” (vv. 99-100). Ademais, muitas vezes a assembleia é realizada por pura convenção, visto que o caráter das decisões nelas tomadas é facultativo, demonstrando sua pouca eficácia. Nelas, os líderes podiam comunicar as decisões e, ainda que fossem interpelados, nem sempre acatavam as críticas.

Ainda assim, outras características evidenciam os sinais de uma *pólis* em consolidação, como a da proeminência da palavra. Agamêmnon, por exemplo, ao se dirigir a Diomedes, filho de Tideu, profere que ele não era tão bravo quanto o pai, mas que “na *agorá* (*agorê*), excele” (*Iliada* IV, vv. 399-400). Na *Odisseia* (I, vv. 385-6), vemos Antínoo falar sobre Telêmaco que algum dos deuses o fizera um “verdadeiro agorarca (*agoreyéin*), falante desabrido na *agorá*”, fato que se destaca quando o filho de Odisseu convoca o povo e a ele profere palavras (*Odisseia* II, v. 41).

Nessa epopeia, podemos ver sinais mais claros da *pólis* em consolidação. Uma das perguntas mais usuais, vista em seus versos, é “qual é a sua *pólis* e quem são seus pais?”, destacando como o termo está associado à terra natal. O debate público, apesar de posto em destaque, é marcado por inconstâncias. Ítaca, por exemplo, fica por vinte anos – período em que Odisseu se encontrava em guerra e no seu retorno para o lar – sem realizar uma assembleia.

Mais um ponto de destaque na *Odisseia*, no que diz respeito à sua relação com o contexto do século VIII a.C., é a citada expansão para o mar. Através dos estudos históricos, verifica-se como é que, a partir desse período, as redes de relações no Mediterrâneo são ampliadas e os gregos dão início à conquista de diversas regiões. Dentre as possíveis motivações para esses movimentos, estavam a necessidade de comércio e de terras, o escoamento populacional devido ao crescimento demográfico, as migrações causadas por guerras civis e a urgência de certos produtos, especialmente cereais – como o trigo – e metais – como o estanho.

Esse fato se relaciona com as viagens de Odisseu, pelas quais podemos constatar a impossibilidade de um Mundo Antigo desconectado, assim como a de desconhecimento do Mediterrâneo. Através de seu *nóstos*, o herói demonstraria indícios de viagens e reconhecimento por parte dos helenos desse mar, que chegou a ser denominado por Irad Malkin (1998, p. 3) de protocolonizador. O *polýmetis*, conhecedor de várias técnicas e artimanhas, estimularia os helenos a serem desbravadores, curiosos e astutos (DETIENNE; VERNANT, 2008, p. 30), sendo um exemplo a ser seguido pelos aristocratas e comerciantes que entravam em contato com o canto do aedo. Através deste, destacavam-se locais ideais para a colonização e a presença de comerciantes e piratas, evidenciando-se um mar de perigos, mas também “de ligação entre povos”. Desse modo, é por meio dessas ligações que Odisseu também nos proporcionou a análise de relações étnicas entre gregos e não gregos (MALKIN, 1998, p. 1 e 6), destacando o apelo às normas políticas do ambiente *poliade*. Aqueles que não as seguiam eram vistos como o *Outro*, a alteridade que deveria ser criticada e combatida. O maior exemplo desse fato é o episódio da ilha dos ciclopes (*Odisseia* IX, v. 112 e 189), no qual estes seres monstruosos são descritos como desconhecedores dos “concílios na *agorá* e as normas”, sendo “sem lei” (*athemistía*), uma disparidade em relação ao “homem comedor de pão”.

Em virtude do apresentado, podemos verificar como as passagens das épicas de Homero representam uma amálgama de diferentes períodos e conjunturas políticas. Ainda que a estrutura palaciana seja destacada em suas obras, defendemos, tal como Stephen Scully (1990, p. 14-5), que há “um sentido na *pólis* homérica de uma comunidade política ou de um princípio construtivo de *nómos*, normas sagradas e profanas, escritas e não escritas, que refletem a intensa unidade política e espiritual da *pólis*”.

Em virtude disso, no que compete às motivações guerreiras, verificamos que os contextos político-ideológicos presentes nas obras de Homero as afetam diretamente, como veremos a seguir.

## **Pelo individual ou pelo coletivo?**

Através da análise da conjuntura das obras homéricas, foi possível verificar que o contexto político descrito por Homero ainda é o de uma *pólis* em emergência. Em vista disso, os ideais de *individualidade* e *coletividade* se fazem presentes em suas obras, relacionando-se aos impulsos guerreiros.

Analisando primeiramente o termo *indivíduo*, vemos que ele carrega em si uma bagagem cultural e semântica extensa. É certo que ele era inexistente no período por nós estudado, tendo surgido apenas nas sociedades medievais e se fortalecido junto à noção de *individualidade* no Renascimento. A partir dessa época, conforme ressalta Norbert Elias (2004, p. 54-56), ele passa a ser compreendido como uma peculiaridade das funções psíquicas do homem, uma qualidade estrutural de sua autorregulação em relação a outras pessoas e coisas. Do mesmo modo, a *individualidade* expressaria a maneira e as medidas especiais pelas quais a qualidade estrutural do controle psíquico de uma pessoa difere do de outra.

Destarte, ainda que saibamos que esse conceito não existia no período por nós estudado, isso não quer dizer que sua essência estivesse ausente. O indivíduo como ser biológico sempre existiu. Segundo Neyde Theml (1998, p. 20 e 109), desde o período arcaico ele aparece nos textos no momento em que se anuncia em primeira pessoa, que detém um nome próprio. A existência do indivíduo possibilitava, igualmente, o reconhecimento do outro, da alteridade e de si próprio, fatores que podem ser vistos na poesia homérica.

Nas obras do aedo, cada herói era reconhecido pelo seu nome, por seus epítetos e por suas características específicas. Nenhum personagem era, assim, igual a outro. Cada um tinha sua própria individualidade, sua *areté* específica. Aquiles, por exemplo, é o de “pés velozes” (*pódas ôkÿs*); Agamêmnon, o “chefe de homens” (*ánax andrôn*); e Odisseu, “o de muitos ardis” (*polÿmetis*). Ainda assim, esses sujeitos serão mais reconhecidos por suas glórias pessoais que pelos seus papéis em meio à comunidade.

Investigando as relações dos indivíduos com a coletividade, partimos novamente dos pressupostos de Norbert Elias (2004, p. 9, 22 e 28), de-

fundendo que a sociedade, independentemente do tempo ou espaço em que se encontre, é um conjunto de indivíduos interligados por uma rede de relações e interdependências. Isso posto, para compreender esses conceitos, faz-se necessário não pensá-los de maneira isolada, como um “eu destituído de um nós”. Ainda que o modo de agir do indivíduo dependa da sociedade, ele não é um ser passivo. Quando o ser humano entra em contato com outro, mudanças sempre ocorrem. O indivíduo vai sendo reelaborado ao longo do tempo, ao longo de suas relações, sendo isso designado de *fenômeno reticular*, noção desenvolvida por Elias.

A partir desses pressupostos, passaremos a analisar como esses conceitos se relacionam especificamente com o nosso objeto de estudo. Ao investigarmos a maneira de se guerrear descrita por Homero, verificamos que há dificuldade de se chegar a um consenso sobre essa temática, especialmente pelo fato de as próprias epopeias não nos apresentarem uma visão mais hermética da batalha, uma organização estratégica clara. Não obstante, há uma tendência em meio à historiografia, principalmente devido à preponderância de grupos e sujeitos participantes da aristocracia nas obras homéricas, de se afirmar que as batalhas nelas narradas eram decididas através de combates singulares, nos quais o foco era a glória *individual* do guerreiro (WESS, 1988, p. 1; SAGE, 2003, p. 3).

Porém, analisando as epopeias em sua superfície linguística, verifica-se como essa visão é reducionista: as batalhas em conjunto não eram excluídas da narrativa épica e, inclusive, eram essenciais em muitos dos conflitos, não sendo possível afirmar a presença apenas do *individual* em Homero e a ausência das motivações do *coletivo*. Ademais, devemos levar em conta que o aedo, como poeta, descrevia suas batalhas da maneira que fosse mais interessante e pertinente à narrativa. Dessa forma, partimos de duas prerrogativas: 1) as batalhas coletivas se fazem presentes na épica homérica e são, muitas vezes, decisivas para o curso da guerra; 2) muitas das batalhas singulares narradas faziam parte de um recurso discursivo de Homero, para evidenciar as principais personagens das suas obras.

É inegável que a maior parte das narrativas de batalha da *Ilíada* se dedica a demonstrar os *prômakoi*, aqueles que lutam nas primeiras linhas da batalha. Homero detalha os movimentos, os ataques e ferimentos causados nas batalhas, sendo muitas descrições detentoras de conteúdos semelhantes e até mesmo de repetição de fórmulas, o que fazia parte da *techné* narrativa do aedo. Do mesmo modo, ele destaca a genealogia do guerreiro e sua importância na sociedade.

Esse destaque ao individual pode ser visto, sobretudo, do lado aqueu. A própria Guerra de Troia não foi realizada para a proteção de uma coletividade, de uma *patris* ou povo específico, mas sim pela honra de Mene-lau, ao ter sua esposa levada pelo troiano Páris. Contudo, vemos que há o apelo para o coletivo no momento em que os *basiléōs* são chamados para defender essa honra: de Micenas, Esparta, Ítaca, entre mirmidões, beócios e aulidenses, e mais uma dezena de povos, os guerreiros se apresentaram, como demonstra o catálogo das naus (*Odisseia* II, vv. 484-806).

Ainda assim, vemos que, no campo de batalha, os aqueus lutam para defender seus corpos, isto é, eles estão em solo inimigo, longe de suas famílias, batalhando longe de sua terra e tendo que defendê-la da invasão inimiga, como os troianos o têm. Desse modo, a glória pessoal é a que mais se destaca nesse momento: por se tratar de uma sociedade marcada pela ideologia *agonística*, a competição entre indivíduos era proeminente, e o sucesso militar era a base para o destaque de um aristocrata.

Aquiles é o herói que mais destaca essa *individualidade* do guerreiro. A própria *Iliada* se inicia com sua saída da guerra, após ter sua honra ferida por Agamêmnon (I, vv. 152-160). Ele é descrito como “símile divino” (*Iliada* I, v.131), “o maior de todos, / que os Argivos governa e os Aqueus obedecem”, em oposição ao “fraco rei” Agamêmnon (I, vv. 78-80). Todavia, apesar de todas as suas qualidades, uma das características que mais se conectará ao guerreiro é a sua *hýbris* e sua *átē* (perdição). Por motivos pessoais, ele decide deixar o campo de batalha, e também por motivos pessoais ele igualmente opta por voltar. Do mesmo modo, é por ele escolhido morrer jovem, a fim de que fosse rememorado, valorizando, assim, sua glória pessoal.

Em relação ao coletivo, é Heitor que irá demonstrar mais marcadamente esse aspecto na guerra. Ele é aquele que irá lutar pela sua *patris*. Honrá-la era não apenas um dever pessoal, mas detinha uma conotação política muito forte, abrangendo a lealdade familiar, mas também a unidade política da qual aquele sujeito fazia parte, com a qual se identificava e pela qual deveria lutar. Heitor, desse modo, representa a guerra defensiva: ele tem que proteger sua Troia, sendo mais natural que o imperativo de lutar e morrer pela pátria (*perípátrēs*) apareça nos discursos dos troianos e não dos gregos.

No entanto, o herói demonstra igualmente um conflito interno. Ao mesmo tempo que ele deve lutar para proteger sua *patris*, ele também recebe os

apelos de sua esposa e de sua mãe, que simbolizam seu *oikos*, para que ele deixe a guerra de lado (HOMERO. *Iliada* V, vv. 440-7).

Ademais, na *Iliada*, não é apenas Heitor que faz referência à *patris*, mas também guerreiros aqueus, através de termos como “pátria querida” (II, v. 140; III, v. 244; IX, v. 27) e “cara terra pátria” (II, v. 158, IX, v. 414). Muitas outras passagens demonstram a saudade da terra natal e o receio de morrer longe dela.

O coletivo em Homero também pode ser visto no momento do combate, especialmente pelo uso do termo *falange*, definido como linha de batalha (CHANTRAINE, 1968, p. 1173-1174; BAILY, 2000, p. 2051) e utilizado, na maioria das vezes nas epopeias, no plural, para designar pequenos e grandes grupos de guerreiros, como se fora uma unidade de qualquer tipo de tropa, independentemente de seu formato. Ainda que fossem uma organização fluida em seu período, em relação ao que se tornarão posteriormente (WHEELER, 2008, p. 193-4), as massas de guerreiros também serviam para proteger um herói em específico que está batalhando, salvaguardar o corpo de um guerreiro morto e formar um obstáculo para os inimigos.

Dessa forma, o que podemos perceber, através dessas passagens, é a tensão existente no contexto histórico que Homero narra, aqui já explicitada: entre a aristocracia buscando reafirmar sua posição política e *status* e a ascensão da *pólis*, em que a comunidade passará a se destacar sobre o indivíduo. Afirmamos, assim, que a *Iliada* e a *Odisseia* evidenciaram um modo de guerrear em transição: do modelo aristocrático para o *poliade*, *hoplítico*. Já com essa formação consolidada, a guerra, até então exclusividade da aristocracia, torna-se acessível a um grupo mais amplo, que tem como principal característica o *éthos* cooperativo dos guerreiros, que acaba por se tornar o *éthos* da *pólis*. Encontra-se uma resposta à necessidade de uma comunidade, que cada vez mais abria espaço para o *tò koinón*, o comum, o coletivo. A guerra aristocrática teve de ser adaptada aos novos ideais comunitários.

## Conclusão

Através do exposto neste artigo, não objetivamos realizar pura e simplesmente um apanhado contextual das obras que analisamos. Buscamos deixar claro como é de suma importância relacionar o discurso a sua exterioridade, denotando as maneiras pelas quais o contexto da época foi capaz de afetar a forma pela qual Homero construiu seu discurso.

Pondo em pauta a conjuntura política na qual esse poeta se encontrava, relacionamos suas obras ao início do período arcaico, em que verificamos uma aristocracia – público ao qual o aedo mormente se destinava – ameaçada no seu papel de liderança, mas igualmente mudanças na sociedade, originadas pelo nascimento da *pólis*. Portanto, não é sem razão que os aristocratas necessitavam reafirmar sua posição social, sua identidade em meio às mudanças políticas que ocorriam, sendo as epopeias homéricas parte desse processo, ao colocarem em pauta o *modus vivendi* desse grupo. Como evidenciado por Mirto (2012, p. 119), o destaque à ética guerreira dessa camada social não se perfaz apenas como uma nostalgia de um passado remoto, mas como um esforço, no século VIII a.C., de legitimar essas elites comprometidas.

Diante dessa relação dialética entre texto e contexto, defendemos ser inviável afirmar a dicotomia individual/coletivo em nossa documentação. Ainda que Homero dê maior destaque ao sujeito, ao herói que luta pela sua glória, foi possível verificar o combate pela *patris* e também a formação de guerreiros unidos para enfrentar o inimigo.

## Documentação escrita

HOMERO. *Iliada*. Trad. Haroldo de Campos. São Paulo: Arx, 2002/2003.

\_\_\_\_\_. *Odisseia*. Trad. Trajano Vieira. São Paulo: Editora 34, 2012.

## Referências bibliográficas

BAILLY, A. *Le Grand Bailly: Dictionnaire Grec/Français*. Paris: Hachette, 2000.

BALOT, R. K. *Greek political thought*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

\_\_\_\_\_. *A companion to Greek and Roman political thought*. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2009.

CARRIER, P. *Homero*. Lisboa: Publicações Europa-América, 2008.

CHANTRAINE, P. *Dictionnaire étymologique de la langue grecque: histoire des mots*. Paris: Éditions Klincksieck, 1968. T. I.

CARTLEDGE, P. *Ancient Greek political thought in practice*. Nova York: Cambridge University Press, 2009.

DETIENNE, M.; VERNANT, J.-P. *Métis: as astúcias da inteligência*. São Paulo: Odysseus, 2008.

- ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- GUARINELLO, N. L. *A História Antiga*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.
- HALL, J. M. International relations. In: SABIN, P.; WEES, H. V.; WHITBY, M. *The Cambridge history of Greek and Roman warfare*. Greece, the Hellenistic world and the rise of Rome. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. V. 1.
- HAMMER, D. What is politics in the Ancient world? In: BALOT, R. *A companion to Greek and Roman political thought*. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2009.
- \_\_\_\_\_. The politics of the “Iliad”. *The Classical Journal*, v. 94, n. 1, p. 1-30, 1998.
- HANSEN, M. H. *Polis: an introduction to the Ancient Greek city-state*. New York: Oxford University Press, 2006.
- LÉVY, E. Astu et polis dans l’Iliade. *Ktema*, v. 8, p. 55-73, 1983.
- MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola, 2008.
- MALKIN, I. *The returns of Odysseus: colonization and ethnicity*. Berkeley: University of California Press, 1998.
- MIRTO, M. S. *Death in the Greek world: from Homer to the Classical age*. Oklahoma: University of Oklahoma Press, 2012.
- MORRIS, I. *Burial and ancient society: the rise of the Greek city-state*. Cambridge: The Cambridge University Press, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Burial and ancient society: the rise of the Greek city-state*. Cambridge: The Cambridge University Press, 2003.
- MOSSÉ, Cl. *A Grécia Arcaica de Homero a Ésquilo*. Lisboa: Edições 70, 1984.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. São Paulo: Pontes Editores, 2012.
- REDFIELD, J. M. *Nature and culture in the Iliad: the tragedy of Hector*. Durham/Londres: Duke University Press, 1994.
- SAGE, M. M. *Warfare in Ancient Greece*. New York: Taylor & Francis e-Library, 2003.
- SCULLY, S. *Homer and the sacred city*. Londres: Cornell University Press, 1990.
- SEBILLOTE-CUCHET, V. *Libérez la patrie! Patriotisme et politique en Grèce ancienne*. Paris: Editions Belin, 2006.
- SISSA, G. Gendered politics, or the self-praise of andres agathoi. In: *A companion to Greek and Roman political thought*. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2009.
- STARR, C. G. *Individual and community*. The rise of the polis. 800 – 500 B.C. Nova York: Oxford University Press, 1986.

\_\_\_\_\_. *The aristocratic temper of Greek civilization*. Nova York: Oxford University Press, 1992.

THEML, N. *Público e privado na Grécia do VIII ao IV séc.*: o modelo ateniense. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

VERNANT, J.-P. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

WESS, H. V. Kings in combat: battles and heroes in the *Iliad*. *The Classical Quarterly*, v. 38, n. 1, p. 1-24, 1988.

WHEELER, E. B. Land battle. In: SABIN, P.; WESS, H. V.; WHITBY, M. *History of war in Ancient Greece*. Cambridge: Cambridge Histories Online @ Cambridge University Press, 2008.

## Notas

<sup>1</sup> Temos ciência do longo debate contido na chamada *Questão Homérica* acerca da incerteza em relação à datação das obras de Homero. Ainda assim, nos posicionamos junto a autores como James Redfield (1975), Irad Malkin (1998) e Ian Morris, que localizam as epopeias no século VIII, visto que defendemos haver muitos traços em comum entre o mundo da *Iliada* e da *Odisseia* e o do contexto do início do período arcaico, como o comércio marítimo, a prefiguração da *pólis*, a colonização e o papel das assembleias. Todavia, como esclareceremos ainda neste artigo, é evidente que o aedo faz presente em suas obras elementos de períodos a ele antecedentes, como o palaciano.

<sup>2</sup> Hansen (2006) estabelece quatro sentidos que a palavra apresenta na documentação: 1) cidadela ou acrópolis; 2) assentamento com um centro urbano; 3) território; 4) comunidade política. Do mesmo modo, Homero não apresenta uma sociedade política única, mas diferentes unidades políticas territoriais, como a Micenas de Agamêmnon ou a Esparta de Menelau.

<sup>3</sup> A palavra *nóstos*, derivada do verbo *néomai*, significa retorno, aqui evidenciando a volta de *Odisseu* para seu lar (CHANTRAINE, 1968, p. 744-5). Ademais, segundo Malkin (1998, p. 1-3), o termo *nostoi* designa os heróis que voltaram da Guerra de Troia e, por muitas vezes, fundaram diversas cidades.

<sup>4</sup> Além do protagonista da obra, há também indícios de que Nausítoos, rei dos Feácios, seria um *oikistés*, um fundador (HOMERO. *Odisseia* VI, vv. 2-9).

<sup>5</sup> Vocábulo que se relaciona à terra dos antepassados, dos pais (*gê patres*), lugar de origem e pertencimento a um local específico, seja por vínculos de sangue ou geográficos (SEBILLOTE-CUCHET, 2007, p. 13).